



Ata da Reunião Ordinária do COPEDH/PR — 05/05/2023

Ao quinto dia do mês de Maio do ano de 2023 às 09:00, em formato híbrido, presencialmente na Sala de Reuniões do 6º Andar Ala B do Palácio das Araucárias e *online* por meio de *link* disponibilizado para os (as) conselheiros (as) sob justificativa prévia, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná – COPED/PR. Fizeram-se presentes os (as)

Conselheiros (as) Titulares Governamentais: Hilton Santin Roveda (SEJU); Aurélio Munhoz (AMP), Jonathan Serpa Sá (TJ-PR), Anderson Rodrigues Ferreira (OAB/PR), **Conselheiros (as) Suplentes Governamentais:** JANE VASQUES (SEJU); Cláudio Marques Rolin e Silva (SESP), Ana Lúcia Munhoz (OAB/PR).

Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil: Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Thalia de Nazaré da Luz (Rede Mulheres Negras/PR), Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de Travestis e Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu), Thalia de Nazaré da Luz (Rede Mulheres Negras).

Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada: Waleiska Emília Fernandes Figueira (SINDIJOR/PR), Júlia Maria Moraes (CUT), **Convidados/Colaboradores:** Laysa Laguna (SEJU); Marina Paciornik K. de Camargo (SEJU). **Justificativa de Ausência:** Júnior Emerson Zarur (SEDEF) justificou sua ausência. Clau Lopes (APP) justificou sua ausência. **1. Abertura:** Inicialmente, Bruna saudou a todos e todas e informou que o Secretário de Justiça, Santin Roveda, estava presente na reunião. A seguir, Santin saudou a todos e todas e destacou que estavam em um caminho muito bom de trato e respeito com as pessoas, que é o foco de todos os Conselhos, independente de raça cor, credo e orientação sexual. Assim, estava representando o Governador Carlos Massa



26 Ratinho Júnior neste Conselho, colocando-se à disposição e a execução de ordens
27 do Governador, para que, se dedique ao máximo ao Conselho e todas deliberações
28 sejam levadas muito a sério, ouvindo a todos (as) para que os direcionamentos
29 sejam cumpridos, pois essa uma das suas funções como Secretário e Presidente do
30 COPEDH/PR, entretanto, registra a continuidade da Bruna no cargo de Presidenta
31 até a próxima eleição por sua competência e bom trabalho realizado. Bruna
32 agradeceu pelo trabalho e a nova estruturação da Secretaria, que agora, estava
33 sendo formulada adequadamente pela coordenação da Jane em qualificar as
34 secretárias e que, uma das demandas mais prioritárias deste Conselho, é a
35 ampliação das vagas de conselheiros (as) para o próximo biênio a partir da nova lei
36 do COPEDH/PR para que consigam englobar todas as regiões e pautas do Paraná.
37 Assim, Bruna reiterou o pedido de que o Secretário auxilie nessa demanda,
38 dialogando com a Casa Civil e o Governo do Estado para ampliação do
39 COPEDH/PR, para assim, cada vez mais possam serem garantidos e promovidos os
40 Direitos Humanos no Estado do Paraná. Em seguida, Bruna apresentou a nova
41 Secretária Executiva do COPEDH/PR, Marina, que assessorará todos (as) de forma
42 direta e indireta. Após a chamada nominal dos (as) conselheiros (as), Bruna, em sua
43 qualidade de Presidenta deste colegiado, deu início à Reunião Ordinária do
44 Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEDH/PR). **2.**
45 **Aprovação da pauta:** Bruna questionou se todos (as) haviam recebido a pauta e
46 solicitou que fosse incluído o dia 18 de Maio na pauta 6, que é o Dia Nacional de
47 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Sem mais
48 manifestações, Bruna colocou a pauta e a respectiva inclusão em votação — sem
49 ressalvas, aprovada por unanimidade. **3. Aprovação das atas das reuniões de**
50 **14/04 — Reunião Ordinária, 18/04 — Audiência Pública e 24/04 — Reunião**



51 **Extraordinária:** Bruna informou que as atas foram enviadas para todos (as) e
52 indicou que, somente o conselheiro Aurélio não as recebeu e estava sendo
53 verificado qual foi a falha pela Secretaria Executiva para fins de correção. Marcel
54 pontuou que não houve tempo hábil para realizar a leitura da Ata da Audiência
55 Pública e sugeriu que neste caso, sejam postos 10 dias de prazo para que as
56 possíveis alterações sejam encaminhadas por *e-mail*, caso não hajam, dar-se-á por
57 aprovada. Bruna destacou que devem ser 10 dias antecedentes à plenária, pois é
58 necessário que constem em ata as aprovações das mesmas, ou seja, não faz
59 sentido serem feitas correções após a aprovação. Marcel argumentou que, em geral,
60 as aprovações são formais e sem propostas de alterações, aprovadas
61 automaticamente. Bruna acrescentou que a questão é trazida para aprovação ou
62 não, pois o ponto 'Aprovação das Atas' é para deliberar a aprovação (ou não) das
63 atas antecessoras às plenárias atuais, já havendo um prazo e cobrança de uma
64 única pessoa que lavra as atas — de todos os Conselhos da SEJU — para que
65 sejam entregues dias antes para suas aprovações, assim, se houver mais 10 dias de
66 prazo para aprovação caso não haja manifestações, não há necessidade das
67 aprovações virem ao pleno. Marcel destacou que, a ata em questão é referente à
68 Audiência Pública de Erros Judiciários e nela está destacado pontos de revisão —
69 que devem ser feitos pela Secretária Executiva antes de encaminhar aos (às)
70 conselheiros (as) —, por isso, reitera sua proposta de aumentar o prazo para leitura
71 e revisão dos pontos, por fim, indagou se todos haviam recebido as três atas — sem
72 manifestações. Assim, Bruna destacou que há uma falha de comunicação e a
73 Secretaria Executiva, quando enviou a pauta ontem, não anexou todos os
74 documentos — uma falha trivial, pois as meninas são novas nesta função e pode
75 acontecer — e por isso, como não houve a possibilidade de todos (as) analisarem



76 essas atas, seja concedido esse prazo de 10 dias para atualização. Entretanto, as
77 atas devem ser aprovadas 10 dias antes da plenária, pois lhe foi recomendada que a
78 pauta saia antes de 10 dias — independente da reunião da Mesa Diretora — porque
79 as plenárias serão presenciais e é necessário um prazo de 48 horas para emissão e
80 autorização de passagens. Portanto, Bruna colocou em aprovação a extensão do
81 prazo de aprovação das três atas em mais 10 dias — sem ressalvas, foi aprovado
82 por unanimidade. **4. Informes dos Conselheiros(as/es):** Bruna informou que foi
83 convidada através da Aliança Nacional LGBTI e o Grupo Dignidade para duas
84 atividades, uma no dia 28/04 para o lançamento do livro Cristianismo LGBT e agora,
85 no dia 08/05, do livro Educação LGBT — convidando a todos (as) a também
86 participarem —, que são livros que fazem parte de uma Enciclopédia de 25 Livros
87 sobre LGBT's em parceria com diversas instituições e a UFPR. Além destes,
88 também acontecerá no dia 08/05 uma atividade de Mulheres Negras através da
89 Diretoria de Promoção da Igualdade Racial pela Professora Clemilda, um bate papo
90 com as mulheres negras sobre as políticas voltadas a elas no Estado do Paraná.
91 Bruna relatou ter recebido um convite no mês passado para participar de um
92 Encontro Nacional do Fórum de Pessoas Trans Negros e Negras por não ter uma
93 representatividade negra dentro do Paraná e pelo levantamento do fórum, foi
94 convidada por ser a primeira Mulher Trans a Presidir um Conselho de Direitos
95 Humanos do Estado, por isso, o Conselho deve aprovar a sua participação e viagem
96 no evento — sem manifestações contrárias. **5. Informes da Secretaria-Executiva:**
97 Marina informou que foi realizada a substituição da representação da SEEC, sendo
98 indicada como titular a Mariana Lopes e como suplente a Karina Muniz. Em relação
99 à SEED, foi indicada como titular a Delvana Lúcia de Oliveira e como suplente a
100 Vanessa Maria Rodrigues. Por fim, a SEMI indicou como titular o Eduardo de



101 Oliveira Filho e seu suplente Denilton Laurindo. Assim, Marina pontuou que essas
102 alterações estavam em tramitação e na próxima reunião estariam na lista atualizada.
103 Em seguida, Marina informou que foram encaminhadas as suas respectivas
104 comissões denúncias referente à Cadeia Feminina de Goioerê, a denúncia sobre
105 transsexuais que foram impedidas de utilizar o banheiro na Rodoviária de
106 Apucarana, a denúncia do pedido de justiça a favor da vida e a denúncia de justiça
107 por almas. Além disso, há uma resposta de ofício relacionada a criação do CENSO
108 que foi direcionada à Comissão. Por fim, Marina informou que o Clau (APP-
109 Sindicato) justificou sua ausência devido a participação em uma atividade sindical
110 em São Paulo e Júnior (SEDEF) justificou a ausência devido viagem oficial no
111 interior do estado. **6. Solicitação de artes (6.1 Dia Internacional contra a**
112 **Homofobia – 17/05; 6.2 Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual**
113 **contra Crianças e Adolescentes — 18/05; 6.3 Dia Mundial para a Diversidade**
114 **Cultural e para o Diálogo e o desenvolvimento – 21/05; 6.4 Dia internacional de**
115 **Conscientização Sobre o Albinismo -13/06; 6.5 Dia Mundial da Conscientização**
116 **Contra o Abuso de Idosos- 15/06; 6.6 Dia Mundial do Orgulho Autista – 18/06;**
117 **6.7 Dia Internacional das Pessoas Surdocegas – 27/06; 6.7 Dia do Orgulho**
118 **LGBTI+ - 28/06**): Bruna pontuou que não será feito por meio de *posts*, mas por
119 *storys* devido às dificuldades do GT de Comunicação por ter que elaborar a minuta
120 para publicação, portanto, pode ser postado por meio dos *storys* — *Facebook* e
121 *Instagram* — para gerar visibilidade nas mídias sociais do COPEDH/PR. Entretanto,
122 deve-se aprovar pautas para também serem postadas no *feed* das redes sociais e
123 dividir quais seriam pautas para serem publicadas, como o Maio Laranja, que é uma
124 data muito importante. Ana informou que é responsável pelas redes sociais da
125 Comissão de Direitos Humanos da OAB/PR e lá, tal como aqui, é um espaço



126 apartidário, portanto, as datas alusivas são publicadas nos *storys* a partir de
127 republicações de *sites* governamentais oficiais (STJ, CNJ e etc) para não correr
128 riscos de más interpretações, além de não ser necessário o trabalho de ficar criando
129 artes. Thalia reiterou que é importante valorizar as ações do Conselho, assim como
130 foi feito no *post* da Audiência Pública sobre Erros Judiciários, mas a sugestão da
131 Ana também é interessante. Aurélio destacou que é fundamental que a SEJU
132 produza e divulgue peças de divulgações das ações do Conselho, porém, também é
133 fundamental que os (as) conselheiros (as) postem em suas próprias redes e marcar
134 todos os (as) colegas na medida do possível para que sejam essas informações
135 sejam proliferadas. Ana pontuou que as postagens têm um potencial de educar de
136 forma instrutiva o que são os Direitos Humanos para comunidade, pois muito vezes,
137 o senso comum tem uma visão deturpada do que os direitos humanos são.
138 Ademais, no intuito de reduzir ao máximo os erros, os materiais poderiam sempre
139 passar por revisão das Comissões respectivas ou semelhantes ao tema. Marcel
140 sugeriu que as propostas de texto dos *posts* fossem discutidas e revisadas no grupo
141 de *Whatsapp*. Portanto, Bruna colocou em aprovação o encaminhamento da criação
142 as artes em estilos de *posts* e *storys* com base na aprovação dos membros do
143 COPEDH/PR no grupo de *Whatsapp*, onde vão discutir as redações e os modos de
144 postá-las da melhor maneira. Sem ressalvas, o encaminhamento foi aprovado por
145 unanimidade. **7. Solicitação de informação sobre criação de canal digital para o**
146 **COPEDE, anteriormente pedido em plenárias 2022:** Bruna indicou que o motivo da
147 criação deste Canal Digital seria para que, no fluxograma, sejam encaminhados
148 diretamente às comissões do COPEDH/PR — haverá a possibilidade de denúncias
149 com sigilo ou não, meios de contatos, telefone e outros campos. Isto porque, o
150 Disque 100 a nível nacional estava desatualizado e passando por atualizações e em



151 nível estadual, não está atualizado com o nacional e não ficaria aqui. Ana sugeriu
152 que no Canal seja adicionada a opção “Outros” para que, caso a pessoa não
153 consiga especificar sua denúncia, ela seja encaminhada para a Comissão de
154 Denúncias. Bruna informou que foi apresentada ao projeto de Canal de Denúncias
155 pela antiga Coordenadora do DEJUDH e ele seria semelhante ao Canal de
156 Denúncias do NETP, seguindo o modelo do Estado e sendo necessário
157 compreender qual seria os modelos de encaminhamentos do COPEDH/PR para
158 aplicá-los. Por fim, Bruna colocou em aprovação a solicitação de informação sobre a
159 criação do Canal Digital — sem ressalvas, aprovado por unanimidade. **8. Relatos**
160 **das Comissões:** Bruna deu início aos relatos. **8.1 Comissão de**
161 **Acompanhamento Legislativo, Litigância Estratégica e Monitoramento do**
162 **Plano Estadual de Direitos Humanos:** Marcel pontuou que o relato da comissão
163 seria em prol de informar sobre a tramitação da nova Lei do COPEDH/PR e que
164 foram feitos diálogos com o Secretário Santin e a Diretora-geral Rúbia para colocá-
165 los à par do andamento, e destacou que, foi proposta a inclusão de um Fundo de
166 Direitos Humanos nessa lei, um grande desejo do Conselho, mas que infelizmente,
167 agora não há força política para aprovar um fundo e na minuta aprovada é
168 concedida a autorização da criação de um Fundo em lei própria. Portanto, na minuta
169 atual seria focada a alteração do dispositivo de autorização para aumentar o número
170 de conselheiros (as) da Sociedade Civil e a participação dos governamentais em
171 mais Secretarias, além disso, alterar fornecer posição de voto ao TJPR por
172 solicitação do Jonathan — mediante ofício ao TJPR para consultar essa questão.
173 Portanto, Marcel consultou se todos (as) estavam de acordo com essa estratégia, de
174 agora, não lutar pela criação de um Fundo pela visível ausência de força política,
175 mas sim, pela autorização de criação de um Fundo por lei posterior. Ademais,



176 Marcel destacou a importância de aprovar essa lei antes da mudança de gestão que
177 ocorrerá daqui 2 meses para que as mudanças sejam aplicadas na nova gestão,
178 para isso, é necessária a articulação do Secretário e demais atores políticos para
179 que ela seja tramitada em caráter de urgência. Portanto, Marcel indicou que como
180 encaminhamento seria o relato da tramitação, reforçando que a tramitação vai ser
181 para a autorização para criação de Fundo e não propriamente a criação do Fundo e
182 que, as conversações continuarão através da SEJU buscando o apoio da SEFA,
183 Casa Civil e da PGE, além do apoio dos (as) conselheiros (as). Por fim, Bruna
184 colocou o encaminhamento da Comissão em aprovação do pleno — sem ressalvas,
185 aprovado por unanimidade. **8.2 Comissão de Atenção à População em Situação**
186 **de Rua, Direito à Cidade e à Moradia:** Bruna realizou a leitura do seguinte relato:
187 *“Comissão de Atenção a População em Situação de Rua. Data da Reunião:*
188 *05/05/2023. Horário: 09:00 às 13:30. Local:*
189 *<https://conferencia.pr.gov.br/ComissãoPopulaçãoemSituaçãodeRuaCOPED>*
190 *Coordenação: Bruna Ravena. Relatoria: Bruna Ravena. Presentes: Giovanna do*
191 *Mppr, Gabriela MPPR Colaborador, Bruna Ravena. 1. PROTOCOLO: 17.343.377-8.*
192 *Histórico: Memorando nº 01/2021 – DDDH/DEDIF/SEJUF. Referência: Abertura de*
193 *Protocolo para acompanhamento de Comissão do Conselho Permanente de Direitos*
194 *Humanos do Paraná. Solicita a abertura de protocolo para acompanhamento da*
195 *Comissão de Atenção à População em Situação de Rua, do Conselho Permanente*
196 *de Direitos Humanos do Paraná. Parecer da Comissão: Comissão solicitou ver a*
197 *ATA do mês de dezembro para dar encaminhamento, pois o memorando não cita a*
198 *solicitação da demanda, após verificação no site pra verificar ata o site da SEJU está*
199 *fora do ar para analisar o mérito do memorando em questão. Parecer do COPED:*
200 *pela ausência do documento retorna a outra na próxima plenária de junho. 2.*



201 **PROTOCOLO: 17.738.078-4.** Histórico: OFÍCIO 89/2021. Requer informações sobre
202 a destinação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP para
203 atendimento da população em situação de rua no Paraná. Em face do tempo
204 decorrido, e das mudanças sobre a reforma Administrativa da gestão
205 governamental, bem como da necessidade de conhecer no que se refere à
206 destinação para ações envolvendo pop de rua, sugere-se oficial a SEDEF
207 consultando o detalhamento do referido fundo, sobre as políticas públicas para
208 POPRUA apresentadas pela secretaria ao FECOP referente às destinações de 2022
209 ao presente momento. Parecer do COPED: de acordo. 3.

210 **PROTOCOLO:17.405.958-61.** Histórico: Ofício n°: 047/2021 COPED. Assunto:
211 Esclarecimentos quanto ao Plano Estadual de Vacinação (Secretário de Estado da
212 Saúde) - Tendo em vista a resposta enviada ao COPED nas fls. 6 a 8, mov. 5 com
213 as informações solicitadas, considera-se demanda atendida. **Parecer da Comissão:**
214 comissão solicita arquivamento do protocolo. Parecer do COPED: de acordo. 4.

215 **PROTOCOLO: 16.659.453-7.** Histórico: Ofício n°: 037/2020 COPED. Assunto:
216 Encaminha Relatório do CNDH para conhecimento e solicita providências em
217 relação ao recomendado. (MISSÃO DO CNDH EM CURITIBA: VIOLAÇÕES DE
218 DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA). Sugere-se
219 arquivamento. **Parecer da Comissão:** comissão solicita prazo para próxima plenária
220 de junho para deliberação para uma nova análise de cumprimento de
221 recomendação. Parecer do COPED: de acordo. 5. **PROTOCOLO: 17.897.919-1.**
222 Histórico: Ofício n°: 109/2021 – COPED/PR. Assunto: Solicita informações sobre
223 disponibilização de vacinas para atendimento à população em situação de rua.
224 Considerando a data de última alteração, 2021, sugere-se o arquivamento. **Parecer**
225 **da Comissão:** solicita novas informações sobre a nova demanda de esquema de



226 *vacinação para o público específico e como está sendo realizado o esquema vacinal*
227 *sobre a bivalente. Parecer do COPED: de acordo. 6. PROTOCOLO: 17.653.419-2.*
228 *Histórico: Ofício nº: 081/2021 – COPED/PR. Assunto: Solicita informações sobre o*
229 *cadastro único das pessoas em situação de rua no Estado do Paraná. Solicita*
230 *informações sobre o número de famílias em situação de rua do estado do Paraná*
231 *cadastradas no Cadastro Único - CadÚnico do Governo Federal, por município.*
232 *Resposta contida nas folhas de nº 5-22, 28-59; Conforme último despacho,*
233 *considera-se demanda atendida. Sugere-se arquivamento. Parecer da Comissão:*
234 *sugere uma reunião com o CIAMPRUA estadual para trabalho integrado sobre as*
235 *demandas pertinentes a POPRUA. Parecer do COPED: de acordo. 7.*
236 **PROTOCOLO: 20.272.155-9.** *Histórico: Ofício Nº: 0007/2023 – COPED. Assunto:*
237 *SOLICITAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE CENSO VOLTADO À POPULAÇÃO EM*
238 *SITUAÇÃO DE RUA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ. Respondido*
239 *pela SEDEF. Parecer da Comissão: comissão: solicita reunião conjunta com*
240 *CIAMPRUA. Parecer do COPED: de acordo. 8. OFICIO N. 173/2023 – FASP.*
241 *Histórico: Ofício Nº: 0006/2023 – COPED. Assunto: SOLICITAÇÃO DE*
242 *IMPLANTAÇÃO DE CENSO VOLTADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA*
243 *NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ. Respondido pela FAS. Parecer da*
244 **Comissão:** *Sugere reunião com o CIAMPRUA municipal, para avaliar o*
245 *acompanhamento da inclusão do censo pop de rua no orçamento, em LDO e LOA.*
246 *Parecer do COPED: de acordo”. Durante a leitura, Bruna sugeriu que a pauta nº 1*
247 *fosse postergada ao mês de Junho porque é necessário ler a ata e o memorando*
248 *para compreender o teor da pauta, pois só define um acompanhamento. Roselene*
249 *informou que a Giovanna teceu críticas com relação a baixa participação na*
250 *comissão — Bruna acrescentou que também faz essa crítica — e que o Leonildo*



251 informou que não participaria mais do COPEDH/PR, indagando assim, se há
252 suplente dele. Bruna informou que a informação dada pelo próprio Leonildo foi de
253 que o MNPR não participaria mais do COPEDH/PR porque fariam parte de outros
254 espaços. Marcel pontuou que ele talvez tenha saído do Conselho após a Sociedade
255 Civil aprovar coletivos sem CNPJ participar das eleições. Bruna destacou que essa
256 justificativa dele não faria sentido e que talvez ela tenha prevaricado em sua função,
257 pois segundo o Regimento Interno, faltas sem justificativas — como é o caso do
258 MNPR — deveriam resultar na expulsão do Conselho e substituição pelas entidades
259 suplentes, mas por compreender a luta do Leonildo, que é uma luta nacional em que
260 ele é referência, ela absteve todas as faltas por entender que a presença dele no
261 MPF, MPPR e outros espaços eram extremo valor e pertinentes. Marcel indicou que
262 sua questão de ordem seria por estar sendo feitos apontamentos acerca de um
263 conselheiro que não estava presente e as questões da sociedade civil deveriam ser
264 discutidas internamente, além disso, sempre fará a defesa de um conselheiro como
265 Leonildo que já esteve em situação de rua e não tem o mesmo acesso a carros e
266 ferramentas como os governamentais, por exemplo. Roselene pontuou que sua
267 pergunta foi no sentido de que as comissões podem contar com a participação de
268 pessoas que não são conselheiros (as), por isso, sua sugestão foi convidar outros
269 (as) participantes de outros espaços de PSR já que o Leonildo se retirou. Bruna
270 destacou que o ponto não era esse, pois os participantes da comissão justificaram
271 suas ausências — Jorasi por motivos de saúde. Aurélio pontuou que a participação
272 não é o maior problema, mas a falta de representatividade com a saída do Leonildo,
273 visto que os outros membros não atuam diretamente na pauta PSR. Portanto,
274 Aurélio solicitou que o Leonildo fosse questionado formalmente sobre a saída do
275 COPEDH/PR porque conversas do *Whatsapp* não são formais e não possuem



276 valores jurídicos. Ana também solicitou que fosse conversado com o Leonildo se
277 realmente não faria mais parte do Conselho e, se sim, a possibilidade de indicar uma
278 nova representação ao COPEDH/PR. Em relação ao ponto 2 do relatório, Bruna
279 explicou que a resposta que foi dada foi ano de 2021 com a detalhamento e
280 mensuração de preço, mas alertou que a Assistência Social relata o recurso
281 conforme a demanda, necessidade e a proposta na LOA. Os repasses do Fundo são
282 baseados em diárias, viagens, locação, equipe, materiais e até mesmo curso no
283 valor de cem mil reais feito pela Assistência Social. Marcel sugeriu que fosse
284 encaminhado um ofício à SEDEF consultando os detalhes do referido fundo sobre
285 as políticas públicas para a População em Situação de Rua apresentadas pela
286 secretaria ao FECOP referente às destinações de 2022 ao presente momento. Em
287 regime de votação — sem ressalvas, encaminhamentos aprovados. Em relação ao
288 ponto 6, Bruna explicou que a solicitação de uma reunião com o CIAMPRua
289 Estadual seria devido à ausência da representatividade PSR no Conselho, sendo
290 necessário colher essas respostas para acompanhar o andamento da temática. No
291 ponto 7, Bruna destacou que, se os recursos saem da SEDEF, o CIAMPRua deveria
292 estar alocado na SEDEF — não na SEJU —, por isso, colocou a questão em regime
293 de discussão. Sem manifestações, Bruna pontuou que, se os (as) conselheiros (as)
294 se sentirem desconfortáveis em debater os temas da comissão, poderiam deixar a
295 comissão sem deliberações e passariam para os relatos das outras comissões.
296 Portanto, se todos (as) entenderem que não se deve opinar devido à ausência da
297 coordenação da comissão, não seria discutido, pois o pleno soberano, entretanto,
298 acredita que ser pertinente dialogar sobre as pautas, visto que, no Comitê LGBTI+
299 também necessitam de pareceres jurídicos por serem pautas que necessitam de um
300 advogado, mas também não tem. Então, independente da presença ou não do



301 conselheiro, houveram pessoas que pediram que as pautas fossem debatidas e
302 ampliadas com o CIAMPRua para que não ficassem sem deliberações, pois foram
303 mais de seis meses sem a comissão se reunir. Os demais encaminhamentos do
304 relato foram aprovados por unanimidade, sem debates. **8.3 Comissão de Combate**
305 **ao Racismo e em Defesa dos Povos Tradicionais e das Religiões de Matriz**
306 **Africana:** Thalia relatou que estavam presentes ela e a Júlia Maria (CUT) e que,
307 assim como outras comissões, não havia protocolos a serem pautados, além de ser
308 uma comissão que reuni-se muito pouco e conseqüentemente fazendo poucos
309 encaminhamentos. Assim, um dos pontos dialogados entre as duas conselheiras foi
310 justamente sobre os integrantes da comissão e a possibilidade de atuarem na
311 mesma, ampliando a participação por meio de integrantes externos ao Conselho por
312 meio de convites — já feitos pelas conselheiras — para pessoas que trabalham com
313 a pauta. Além disso, Thália trouxe o cronograma do ‘Julho das Pretas’ por fazer
314 parte da Rede Mulheres Negras do Paraná, que tem esse cronograma há alguns
315 anos por conta do 25 de Julho ser o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-
316 Americana e Caribenha e a data é estendida por todo mês de Julho com
317 programações voltadas a esse tema. Inclusive, haverá o convite para a Bruna por ter
318 feito parte de um projeto de LBT’s Negras no ano passado pela RMN, onde foi
319 criado um livro com os relatos dessas mulheres e suas vivências, agora, será feito o
320 relançamento deste livro em uma das datas do ‘Julho das Pretas’. Thália também
321 trouxe à comissão o ato da Frente Feminista que está programado para o dia 13 de
322 Julho, que terá como tema o Racismo nos Comércios de Curitiba, assim, solicita que
323 as Redes Sociais do COPEDH/PR possam divulgar e que possam dialogar com a
324 Frente Feminista para que as componentes da comissão possam serem incluídas no
325 ato. Por fim, Bruna colocou em votação todas as recomendações da comissão —



326 sem ressalvas, aprovadas por unanimidade. **8.4 Comissão de Denúncias:** Bruna
327 realizou a leitura do seguinte relato: “*Comissão de Denúncias. Data da Reunião:*
328 *05/05/2023. Horário: 10:30 às 12:00.*
329 *https://conferencia.pr.gov.br/ComissãoDenúnciasCOPEDE. Local: —. Coordenação:*
330 *Dr. Anderson Rodrigues. Relatoria: —. Presentes: Ana Munhoz. Rute Alves. 1.*
331 **PROTOCOLO:15.904.534-0. Histórico: Memorando nº 01/2021 –**
332 **DDDH/DEDIF/SEJUF. APRESENTA DENÚNCIA REFERENTE À PROIBIÇÃO DE**
333 **PÁTRIO PODER DE GENITORES EM RELAÇÃO AOS FILHOS MENORES.**
334 *(PODER Familiar). O COPEDH deliberou pela solicitação de informações completas*
335 *do caso, juntando, se possível, a integralidade processual da suposta violação de*
336 *direitos. Segue em anexo tela do projudi com os números dos processos para que*
337 *este digno órgão solicite senhas junto ao Poder Judiciário para que possa acessar*
338 *as peças necessárias à compreensão do caso. Parecer da Comissão: As*
339 *informações apresentadas não constam todo o bojo processual, não sendo possível*
340 *analisar o feito. E ainda, destaco pelo tempo passado da denúncia 2020,*
341 *compreendemos pelo arquivamento do protocolado. Parecer da Plenária do COPEDE:*
342 **DE ACORDO COM ARQUIVAMENTO. 2. PROTOCOLO: 15.912.610-2. Histórico:**
343 *Memorando n.º 051/DEDIF. Assunto: Denúncia recebida no DEDIF. Encaminhamento para*
344 *conhecimento e providências quanto a denúncia recebida neste Departamento de*
345 *Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania, no qual o denunciante*
346 *alega suposto caso autoritarismo da Polícia Militar; Conforme despacho contido na*
347 *folha de nº105: “Tendo em vista a ausência de retorno, informo que o presente*
348 *protocolado foi encaminhado à Comissão Permanente de Denúncias (Resolução*
349 *COPEDE no 001/2020, anexa)”. Parecer da Comissão: Em razão do protocolado e o*
350 *lapso temporal existente, solicitamos que a Secretaria executiva entre em contato*



351 com o denunciante, através do e-mail: "g*****@gmail.com", sobre o interesse
352 no prosseguimento do feito. Inexistindo manifestação no prazo de 15 dias arquivar-se
353 o feito. **Parecer da Plenária do COPED: de acordo. 3. PROTOCOLO:16.207.430-0.**
354 **Histórico:** Ofício nº 1140/2019. Procuradoria da República no Município de Londrina,
355 que informa a autuação da Notícia Fato 1.25.005.000954/2019-66, encaminhe-se ao
356 Departamento de Direitos Fundamentais e Cidadania – DEDIF para cientificar o
357 Conselho Permanente de Direitos Humanos quanto ao fatos e outras providências
358 que entender necessárias. Considerando a última data de alteração, 2021, sugere-
359 se o arquivamento em razão do prazo ultrapassado. **Parecer da Comissão:**
360 **Determinamos que a secretaria-executiva realize novamente o contato de mov.12.**
361 **Parecer da Plenária do COPED: de acordo. 4. PROTOCOLO: 18.014.759-4.**
362 **Histórico:** Ofício 472/2021. Assunto: Solicitação de levantamento de dados. Solicita o
363 levantamento de dados quantitativo de assassinatos envolvendo a população
364 LGBTI+ e profissionais do sexo (transgênero e cisgênero) pendentes de solução,
365 dos últimos 5 anos; Resposta dada nas folhas de nº 17-28. Sugere-se despacho
366 dando ciência e arquivamento. **Parecer da Comissão:** A Comissão convida o
367 Conselheiro Delegado de Polícia Dr. Cláudio Marques, representante da SESP junto
368 ao COPED, bem como os Delegados Dr. Helder Andrade Lauria e Dr. Lanevilton
369 Theodoro Moreira, e a investigadora Danielle B. A. Sartoretto, visto que
370 necessitamos maiores esclarecimentos das informações apresentadas, sendo
371 designado a próxima da Comissão. **Parecer da Plenária do COPED:** Solicita
372 redirecionamento a comissão de direitos sociais com nova solicitação atualizada dos
373 dados apresentados pela SESP. **5. PROTOCOLO: 18.257.808-8.** **Histórico:** Ofício
374 nº 152/2021-COPED/PR. Assunto: Denúncia - Violência da Guarda Municipal De
375 Araucária. Solicita a esta Corregedoria do Departamento Penitenciário do Estado do



376 *Paraná que apresente relatório a respeito dos eventos ocorrido no dia 03/09/2021;*
377 *Resposta contida nas folhas de nº 5-6, demanda atendida. Sugere-se arquivamento.*
378 **Parecer da Comissão:** *Arquiva-se Plenária do COPED: de acordo, o Conselheiro*
379 *Marcel solicita copia via e-mail do protocolo na íntegra. 6. PROTOCOLO:*
380 **18.0166.89-0.** *Histórico: Memorando nº 18/2021 – DEDIF/NAC. Assunto: Comissão*
381 *de Denúncia – COPEDH/PR. Denúncia envolvendo violação dos direitos da pessoa*
382 *idosa que está sendo apreciada pela Comissão de Denuncia do COPEDH.*
383 *Demanda não atendida, sem resposta. Sugere-se o arquivamento. Parecer da*
384 **Comissão:** *Informamos que a Situação da Idosa foi resolvido através da comissão*
385 *de direitos humanos da OAB e a mesma agora se encontra sob os cuidados de seus*
386 *familiares. Parecer da Plenária do COPED: de acordo. 7. PROTOCOLO:*
387 **19.688.845-4.** *Histórico: Sofreu estelionato e por isso não conseguia pagar a*
388 *Faculdade fazia aula do lado de fora da salareu bolling e desenvolveu distúrbios*
389 *neurológicos (consta ata reunião da UEL negando sua permanência). Parecer da*
390 **Comissão:** *Solicitamos que a Secretaria-Executiva marque reunião com a Sra. R. S.*
391 *para próxima reunião da Comissão. Parecer da Plenária do COPED: de acordo. 8.*
392 **PROTOCOLO: 18.016.689-0.** *Histórico: Trata-se de denuncia de cuidadora de*
393 *idosa com avc M. Y criou J como filha, não adotou apenas criou, J. entrou no*
394 *testamento de M. Y precisou de cuidados e contratou M que inciou uma*
395 *manipulação afastando tudo e todos de M.Y., a convenceu a fazer um b.o contra*
396 *familiares, a situação so se tornou visível pelos demais apos o falecimento de M.Y..*
397 *J. passou procuração a M. e se isolou dos demais familiares e M. esta sendo*
398 *acusada de pelos maus tratos, violência moral e psicológica, uma espécie de*
399 *cárcere privado e usurpação dos recursos financeiros da idosa J. e de sua casa, e*
400 *pela exploração da J. Denuncia sem provas. Denuncia de: 02/06/2021. sem resposta*



401 do COPEDH. *Protocolo em sigilo. Parecer da Comissão: Mesmo teor do Protocolo*
402 *18.0166.89-0. Arquivo-se Parecer da Plenária do COPED: de acordo*". Em relação
403 ao ponto 4 do Relatório, Cláudio Marques indicou que não adiantaria conversar com
404 o Delegado Chefe, mas com os próprios Delegados porque pesquisando esse caso,
405 foram encontrados outros casos pendentes, inclusive em Curitiba, assim, solicita
406 novamente essas informações para cada Delegado. Marcel solicitou que a pauta
407 fosse remetida à Comissão de Direitos LGBTI+. Marcel solicitou cópia integral do
408 Protocolo 18.257.808-8 a ser encaminhado via *e-mail*. **8.5 Comissão de**
409 **Monitoramento dos Sistemas de Privação de Liberdade:** Bruna solicitou que o
410 Conselho aprovasse uma pauta, pois, chegou ao seu conhecimento — enquanto
411 Coordenadora do Comitê LGBTI+ e Presidenta do COPEDH/PR — que a SESP teve
412 uma reunião, do DEPPEN com o Comitê LGBTI+ e outro colegiado que participa
413 deste, sobre a deliberação de conhecimento da transferência da Cadeia de Rio
414 Branco, específica para a população LGBT, para a cidade de Toledo, não sendo
415 convidado o colegiado da Comissão de Privação de Liberdade para a avaliação
416 dessa transferência. Não se sabe se foram apresentados estudos ou a unidade que
417 será transferida, mas feitas promessas de que haveriam remição de pena, um lugar
418 com capacitação e 100% reformado. Portanto, Bruna buscou dialogar com o
419 Ministério Público solicitando informações e recentemente fez uma visita à Cadeia
420 de Rio Branco para explicar para as meninas sobre as mudanças, por isso,
421 pensando na população LGBT — que é uma população vulnerabilizada — e
422 conhecendo o histórico do antigo diretor do DEPPEN, que criou aquele espaço para
423 alocar a demanda da população trans, tirá-las de lá, independente das dificuldades
424 apresentadas pela Presidente da Comissão, seria uma medida arriscada por não
425 haver perspectivas do novo espaço. Então, o objetivo da pauta seria solicitar uma



426 visita pelo COPEDH/PR e sua Comissão de Monitoramento dos Sistema de
427 Privação de Liberdade nesta nova unidade que está sendo ofertada para
428 transferência, assim, seria verificada a realidade do local e possíveis adequações
429 para suportar as meninas trans. Portanto, se faz necessário verificar se realmente
430 seria uma unidade referência ou somente uma ala para alocar as meninas como já é
431 feito em outros locais. Assim, Bruna colocou em regime de discussão os
432 encaminhamentos — reunião com o DEPPEN e visita à unidade de Toledo. Ana
433 sugeriu que fosse feito um contato com representantes da OAB/PR e/ou
434 representantes da Comissão de Direitos Humanos para que possam acompanhar a
435 visita. Bruna indicou que sim, serão encaminhadas as informações e convocações
436 para participar e que, em contato com o Rafael (MPPR) verificou que existe a
437 demanda e que ele já recebeu uma resposta do DEPPEN, além de concordar que
438 há informações ainda obscuras sobre essa transferência. Bruna reiterou a
439 necessidade de verificar se a nova unidade tem uma equipe multidisciplinar, acesso
440 à saúde — principalmente isso, pois há meninas com HIV que não estavam fazendo
441 o acompanhamento do CD4 de Carga Viral —, acesso à educação e a garantia de
442 seus direitos, pois falar é algo, acontecer é totalmente diferente. Por fim, Bruna
443 colocou em votação que seja encaminhado um convite a fim de realizar um dialogo
444 entre o DEPPEN, Comitê LGBTI+, COPEDH/PR, GTT/SESP e os órgãos pertinentes
445 para realizar uma visita técnica no local em Toledo e avaliar o planejamento
446 estratégico e do fluxo do projeto apresentado. Em regime de votação — sem
447 ressalvas, foi aprovado por unanimidade. **8.6 Comissão em Direitos Sociais,**
448 **Saúde, Educação e Segurança, e Defesa dos Direitos LGBTI+:** Bruna sugeriu
449 que fossem relatadas apenas as pautas 11 e 12 devido ao horário ter sido
450 extrapolado, assim, realizou a leitura do documento encaminhado pela *International*



451 *School of Curitiba* referente a Notificação Extrajudicial datada de 18/04/2023.
452 Durante a leitura, Bruna destacou que foi delatado no documento que o que a escola
453 que estavam aplicando era com base na BNCC, não infringindo ou violando, além de
454 ter sido proposto para os próprios alunos terem essa base. No documento foi
455 relatado como foi elaborado todo o formulário com supervisão do corpo docente da
456 escola, destacando que se encaixa perfeitamente nas propostas transcritas. Marcel
457 sugeriu que, como proposta de encaminhamento, seja encaminhado para Delegacia
458 ou MP ou ambos. Bruna pontuou que o Toni havia dito na reunião que essa proposta
459 deveria ser encaminhada ao MP sugerindo louvações a essa atividade proposta,
460 pois uma das maiores lutas do Movimento LGBTI+ é o levantamento de dados da
461 população LGBTI+ sobre a demanda educacional e escolar, inclusive, havia
462 pontuado ser gravíssimo a Secretaria deliberar sobre um assunto que no corpo do e-
463 *mail* remete ao Comitê LGBTI+, algo que não foi ao comitê. Bruna sugeriu que o
464 parecer pela escola seja encaminhado por *e-mail* para todos (as) lerem com calma,
465 na íntegra, para assim deliberar, pois ainda não foi deliberado pelo Comitê ou
466 COPEDH/PR — todos (as) acataram a sugestão. O próximo relato foi com relação
467 ao assassinato de um jovem gay em Foz do Iguaçu pela Polícia Militar, onde o seu
468 companheiro estava muito abalado e desamparado em todos os sentidos, assim, ele
469 entrou em contato para solicitar assessoramento jurídico porque deseja justiça pelo
470 namorado que foi assassinado com três tiros no rosto. Portanto, Bruna sugeriu que o
471 encaminhamento fosse solicitar ao MP, DP e SESP qual eram os andamentos do
472 caso e que sejam investigados com atenção pela gravidade do caso e a
473 possibilidade de represálias na família dos jovens envolvidos. Em regime de
474 votação — sem ressalvas, foi aprovado por unanimidade. **9. Informes Gerais:** Não
475 houve informes gerais. **10. Encerramento:** Em conclusão, Bruna agradeceu a



476 presença de todos e todas e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Permanente
477 de Direitos Humanos do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa.